

Da “máquina de votar” à educação cidadã: a comunicação organizacional da Justiça Eleitoral sobre o voto eletrônico na perspectiva da complexidade¹

Jônatas Oliveira da Costa²

Rudimar Baldissera³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Resumo

O trabalho trata dos diferentes contextos históricos em que evoluiu a comunicação organizacional da Justiça Eleitoral, sobretudo a partir da adoção da urna eletrônica no Brasil, em 1996. A análise, baseada na perspectiva complexa da comunicação organizacional de Rudimar Baldissera, considera três dimensões da organização: comunicada (fala oficial da instituição), comunicante (interações com o público) e falada (o que se diz informalmente sobre a organização).

A Justiça Eleitoral evoluiu de uma comunicação centrada na imprensa para uma atuação ampla nas mídias sociais digitais, com foco em acessibilidade, transparência e combate à desinformação, especialmente após a chegada da urna eletrônica. No estudo, analisa-se como essas mudanças afetaram as três dimensões da comunicação organizacional.

Palavra-chave: justiça; eleitoral; urna; comunicação; organizacional.

Introdução

A previsão do “uso das máquinas de votar” aparece pela primeira vez na legislação eleitoral brasileira no primeiro Código Eleitoral do país, em 1932. Ainda que pareça uma ideia visionária, havia, naquele período, uma conjuntura que levaria à tal redação. Por um lado, a preocupação geral em eliminar as fraudes que caracterizaram os pleitos durante a República Velha; por outro, o “encanto” que as máquinas produziam em quem vivia nesse tempo. O desígnio de adotar um desses aparatos para aprimorar o processo de votação brasileiro atravessaria as décadas seguintes, mas só se cumpriria mais de 60 anos depois. Fruto da evolução das tecnologias, a urna eletrônica representou não apenas uma inovação, mas também um desafio comunicacional para a Justiça Eleitoral (JE).

Fundamentação teórica

No presente trabalho, foi realizada pesquisa histórico-bibliográfica, em obras (livros, reportagens, entrevistas etc.) que remontam o cenário sócio-político-tecnológico de implantação do voto eletrônico no país, e em registros históricos, normativos e relatos,

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGCOM/UFRGS. E-mail: jocosta21@gmail.com.

³ Doutor em Comunicação, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGCOM/UFRGS. E-mail: rudimar.baldissera@ufrgs.br.

que pudessem reconstituir a trajetória de estruturação da área de comunicação da JE. A ideia é mostrar os paralelos entre a evolução das questões sociais levantadas sobre o voto eletrônico e o desenvolvimento da comunicação organizacional da Justiça Eleitoral.

Posteriormente, realizaram-se as análises descritiva e interpretativa acerca do tema, tendo como referencial teórico a comunicação organizacional na perspectiva da complexidade, proposta por Rudimar Baldissera (2009).

O autor se vale dos três princípios básicos da complexidade (MORIN, 2016) – o dialógico, o recursivo e o hologramático – para redimensionar a noção de comunicação organizacional de modo a trazer “a ideia de *organização comunicada* (a fala oficial, planejada) e, também, a de *organização comunicante* (contempla toda comunicação que se realiza nas diferentes relações que os sujeitos – pessoas/públicos – estabelecem com a organização)” (BALDISSERA, 2009).

Baldissera ressalta que a comunicação organizacional não pode ser reduzida aos processos cujo resultado é mensurável, geralmente oriundos da comunicação planejada (mídias institucionais, campanhas publicitárias, eventos, sites, *press-kits*, clipagem etc.), ou seja, da *organização comunicada*. Para alcançar um grau mais complexo de compreensão da comunicação organizacional, segundo o autor, pode-se falar em *organização comunicante*, que seria “todo processo comunicacional que se atualiza quando, de alguma forma e em algum nível, qualquer sujeito (pessoa, público) estabelecer relação com a organização”. Essas relações comunicacionais, que escapam ao planejamento e ao controle da instituição, teriam uma potência maior de “perturbar a ordem posta (organização, cultura organizacional, organização comunicada) tendendo a forçá-la a movimentos de (re)organização”. Ainda em uma visão complexa do tema, Baldissera (2009) apresenta uma terceira ideia com o intuito de redimensionar a noção de comunicação organizacional: “Trata-se dos processos de comunicação informal indiretos; aqueles que se realizam fora do âmbito organizacional e que dizem respeito à organização – algo como a *organização falada*”.

Procuramos reconstituir o histórico da estruturação da área de comunicação da JE, a partir de registros históricos, normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais e relatos de integrantes ou ex-integrantes das assessorias de comunicação. Este material é objeto da presente análise. Assim como na maioria das organizações, inicialmente, as atividades principais eram de assessoria de imprensa. Com o passar dos anos, a área sofreu uma série de transformações. Num primeiro momento,

ganhou força a produção de conteúdo para mídias institucionais. Mas, sem dúvida, foram as mídias sociais digitais que causaram as grandes mudanças na área.

Análise e considerações

Sob a luz das ideias de Baldissera (2009), procuramos analisar a comunicação organizacional da JE segundo as três dimensões, como segue:

Para compor a análise da *organização falada*, somos instigados a entender o cenário em que a instituição se insere em cada período histórico. Em se tratando de voto eletrônico, entende-se que, em 1996, ainda havia o clima de culto à tecnologia que perpassou o século XX. Além disso, a determinação em encontrar uma solução definitiva para as fraudes eleitorais se mantinha. As novas tecnologias, com seu desenvolvimento, trouxeram aprimoramentos para o processo eletrônico de votação, mas também consequências nefastas para a sociedade. A irrupção da internet e das redes sociais digitais na política, por exemplo, mudou as regras do jogo, trazendo o risco de produzir efeitos crescentemente imprevisíveis e irracionais, como o fenômeno da desinformação, conforme Da Empoli (2020).

Quanto à *organização comunicante*, o projeto do voto eletrônico preocupou-se, desde a primeira hora, com sua acessibilidade e inteligibilidade. Dessa etapa para a atualidade, ampliaram-se os serviços oferecidos ao público por meio dos portais da JE na internet. A instituição passou a comunicar-se diretamente com os cidadãos, em um ambiente de midiaticização crescente.

Quanto à *organização comunicada*, pode-se traçar uma trajetória da fundação da JE à adoção do voto eletrônico. As falas autorizadas eram, no princípio, voltadas às mídias de massa, como rádio, jornal e televisão. É justamente no momento histórico da chegada da urna eletrônica, de 1996 em diante, que se criam as estruturas profissionais de comunicação na instituição – que, alguns anos mais tarde, atuarão na gestão da comunicação organizacional.

A partir de 2010, a internet também passa a protagonizar as práticas comunicacionais. A instituição começa a comunicar-se diretamente com os eleitores; as campanhas publicitárias tornam-se mais estratégicas, sistemáticas e virtuais, explorando as chamadas novas mídias.

No tema da desinformação, por exemplo, vemos que o que ocorreu nos âmbitos da *organização falada* e da *organização comunicante* modificou substancialmente a

atuação da *organização comunicada*. A JE criou mecanismos comunicacionais para enfrentar o problema e intensificou suas ações de educação para a cidadania.

Referências

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. In **Organicom**. Ano 06, n 10/11, 2009. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139013>. Acesso em 21 jun. 2025.

_____. A comunicação no (re)tecer da cultura organizacional. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, n. 10, 2011. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/16>. Acesso em 21 jun. 2025.

_____. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional. In: KUNSCH, Margarida M. K. (org.). **Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos**. v. 01. São Paulo: Saraiva, 2009a, p. 133-164.

_____. Notas para uma epistemologia da comunicação organizacional In: KUNSCH, M.; LIMA, F.; SAMPAIO, A. (org.). **Comunicação organizacional e relações públicas: 15 anos da Abrapcorp**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: ABRAPCORP, 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (RS). **O voto eletrônico**. 4. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, 2023.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.

MORIN, Edgar. **O método**, v. 1-6. Porto Alegre: Sulina, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral. **60 anos da Justiça Eleitoral no Rio Grande do Sul**: edição comemorativa, 1945-2005. Porto Alegre: TRE-RS / Centro de Memória da Justiça Eleitoral do RS, 2005.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. (orgs.). **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TRESPACH, Rodrigo. **A Revolução de 1930**: o conflito que mudou o Brasil. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2021.